

Quércia decide apoiar o protesto dos estudantes

O governador Orestes Quércia, por meio da Secretaria de Defesa do Consumidor, pretende arguir a inconstitucionalidade do decreto federal nº 95.720 que liberou os reajustes das mensalidades nas escolas particulares. Essa decisão foi tomada ontem pelo governador após ter recebido, no Palácio dos Bandeirantes, uma comissão de estudantes das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira e Paulista de Estudantes Secundaristas (Ubes e Upes). Eles não aceitam os reajustes adotados pelas escolas particulares com base no decreto federal.

O estudante de Psicologia da FMU Antonio Carlos Alves de Araújo explicou a Quércia que, no caso de sua faculdade, as mensalidades foram reajustadas em 500% no período de dezembro a março. Um aluno que em dezembro, pagou Cz\$ 4.000,00 terá agora em abril de desembolsar Cz\$ 20.000,00, se quiser continuar seu curso: "Por isso, queremos que seja revogado esse tal decreto da liberdade vigiada, estipulando-se um valor de reajuste que não ultrapasse 80% da URP".

Segundo Antonio Carlos, Quércia concordou com os argumentos dos estudantes e por isso decidiu arguir a inconstitucionalidade do decreto. Quércia enviará também, segundo o estudante, telex ao presi-

dente José Sarney e aos ministros Hugo Napoleão, da Educação e Mailson da Nóbrega, da Fazenda.

O secretário Paulo Frontini, de Defesa do Consumidor, explicou o motivo pelo qual o governo irá arguir a inconstitucionalidade desse decreto: "No ano passado, o Conselho Estadual de Educação, por decisão própria, autorizou o livre reajuste das mensalidades. O governo do Estado, através de trabalho conjunto das Secretarias da Educação e de Defesa do Consumidor, conseguiu restabelecer parâmetros para os reajustes por meio de decisões judiciais. O decreto da liberdade vigiada contraria, em todo o território nacional, uma conquista do governo de São Paulo".

A comissão de estudantes deixou o Palácio dos Bandeirantes satisfeita com os resultados da reunião, lembrando ainda que o governador se comprometeu a rever a posição do Conselho Estadual de Educação, que impede a representação no órgão de pais e estudantes. Segundo Antonio Carlos, somente as entidades representativas dos estudantes têm acesso ao Conselho. Além disso, Quércia deverá ainda enviar um telex ao Ministério da Educação, pedindo que faça acompanhamento rigoroso das faculdades que estão expulsando os estudantes que se recusam a pagar os reajustes das mensalidades.